

Documento digital quer ser popular

Certificado eletrônico, que permite fugir de filas e reduz burocracia, passa a ser aceito num número cada vez maior de serviços

TECNOLOGIA

Renato Cruz

O contador Nivaldo Cleto, sócio da Clássico Consultoria, precisava retificar o documento de arrecadação de um cliente na Receita Federal. Foram cinco minutos para solicitar a mudança, via internet, meia hora de espera, e mais cinco minutos para acessar a resposta positiva. Tudo isso usando seu e-CPF, um certificado eletrônico que lhe permite se relacionar com a Receita via rede mundial.

A alternativa seria pedir para um funcionário do escritório ir até a Receita às 3 ou 4 h da madrugada e ficar na fila, para pegar uma senha, dar entrada no pedido, e depois voltar à repartição para saber do resultado. "O que levaria dois dias de trabalho de um office boy,

Bancos fecharam acordo para aceitar certificado no sistema via internet

resolvi em 40 minutos", afirmou Cleto, que usa o e-CPF e o e-CNPJ, a versão para empresas do documento eletrônico, desde 2004. "Os certificados digitais podem acabar com esse negócio de ir ao balcão."

O certificado digital é um conjunto de informações eletrônicas que permite uma comunicação segura, usando técnicas de criptografia. Ele pode ser armazenado num computador, no chip de um cartão inteligente ou num token criptográfico USB, dispositivo de portátil que parece um chaveiro e pode ser ligado ao micro. O e-CPF e o e-CNPJ seguem as diretrizes da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), encabeçada pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), da Casa Civil. As autori-

dades certificadoras que credenciadas pela ICP-Brasil são a Serasa, a CertiSign, a Caixa Econômica Federal, a Presidência da República, a Secretaria da Receita Federal, o Serpro e a AC-Jus, da Justiça Federal.

"É muito importante para a redução de fraudes", afirmou Dourado, diretor de Operações e Serviços da Serasa, empresa especializada em informações financeiras. Ele não revelou quantos certificados a Serasa já emitiu, mas garantiu ser responsável por 80% dos documentos eletrônicos usados pelo Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), que conecta as instituições financeiras e o Banco Central. Entre as autoridades registradoras ligadas à Serasa, que atendem diretamente ao público, estão a Itaútec, do Itaú, e a Scopus, do Bradesco.

O certificado digital serve como assinatura eletrônica, reconhecida pela Justiça. O documento assinado com o e-CPF tem valor legal. Além disso, o certificado garante uma comunicação segura, impedindo que terceiros tenham acesso a informações sigilosas, ou possam modificá-las. O preço, no entanto, ainda é alto. Um certificado com duração de um ano, sem cartão, costuma sair por R\$ 100. O de 2 ou 3 anos, com cartão e leitora, custa mais de R\$ 300.

Na entrega da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, que terminou sexta-feira, foi possível, pela primeira vez, assinar o documento com um certificado digital. Quem fez isso, pode acompanhar passo a passo o processamento da declaração, e terá prioridade na hora da restituição. Desde março, as 10 mil maiores empresas do País, com faturamento acima de R\$ 30 milhões ao ano, precisam entregar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) via internet, usando um certificado digital.

"O certificado digital combate a sonegação", disse o diretor de



MAIS RÁPIDO - Com o e-CPF, o contador Nivaldo Cleto consegue escapar da burocracia das repartições

Infra-Estrutura do ITI, Renato Martini. "No lugar de ficar na repartição para receber papel, o auditor pode ir a campo fiscalizar empresas." Martini destacou, porém, que o movimento não se restringe à Receita. "A tecnologia está sendo adotada numa velocidade que nem nós esperávamos."

Em janeiro, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Receita e o ITI assinaram um protocolo para que o e-CPF e o e-CNPJ passem a ser utilizados nos sistemas de banco via internet. O Programa Universidade para Todos (Pro-Uni), do Ministério da Educação, que concede bolsas de estudo para professores da rede pública em universidades privadas, adotou o certificado digital para o relacionamento entre universidades e governo. O Programa Juro Zero, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que oferece financiamento para pequenas e médias empresas inova-

doras, também utiliza a tecnologia. O Banco Central definiu que os contratos de câmbio eletrônico precisam ser assinados com o certificado digital.

"Estão surgindo grandes projetos de massificação", destacou Martini. Em parceria com o Laboratório de Sistemas Integráveis, da Universidade de São Paulo, o ITI montou um laboratório para homologar equipamentos de certificação em Alphaville. Uma iniciativa de massificação é o acordo fechado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), do Ministério da Fazenda, com o Correio, que venderá os certificados em suas agências. O projeto começou com o piloto em São Paulo e o objetivo é chegar ao fim do ano com mais de 100 agências.

O Serpro já emitiu cerca de 20 mil certificados. O software que sustenta a operação do Serpro é nacional e tem código aberto. Ou

seja, pode ser modificado de acordo com a necessidade da empresa. "Desde 1998 usávamos um software proprietário", explicou a diretora de Tecnologia do Serpro, Luíza Koshino. "Em 2003, tivemos de fazer uma atualização, que custaria R\$ 6 milhões." A empresa abriu concorrência e comprou uma solução nacional que custou, somando-se os programas e o equipamento, R\$ 1,6 milhão. Sem limite de certificados emitidos, como acontecia com o sistema importado.

"A massificação é um processo gradual", afirmou o presidente da Certisign, Sérgio Kulikovskiy. A Certisign já emitiu 250 mil certificados digitais, sendo que cerca de 20 mil no formato ICP-Brasil. "Ela já está acontecendo".

LINK
Informações complementares no site:
<http://link.estadao.com.br>

PELA REDE

Certificação digital garante segurança

● **VERIFICAÇÃO:** Cada aplicação que usa o certificado digital confere, de uma lista atualizada periodicamente pela autoridade certificadora, se o documento é realmente válido, que não foi cancelado pelo seu detentor.

● **SIGILO:** A mesma tecnologia usada no e-CPF e no e-CNPJ também é adotada nos sites seguros da internet. Eles também usam um certificado digital, que garante que as informações durante uma sessão não serão acessadas por outras pessoas além do usuário conectado.

● **ACESSO:** O certificado digital pode substituir, com vantagens, os sistemas que exigem a digitação de nome de usuário e senha para identificação.

● **E-MAIL:** Aplicado ao correio eletrônico, o certificado digital impede que outras pessoas, que não o destinatário, leiam as mensagens. É como se criasse um envelope digital, que só pode ser aberto pela pessoa certa. Para os outros, a mensagem torna-se incompreensível.

● **IDENTIDADE:** A certificação digital garante a identidade da pessoa que assinou um documento digital ou mesmo uma mensagem de e-mail. Não existe como a pessoa negar que assinou um texto eletrônico, pois a assinatura tem validade jurídica.

● **INTEGRIDADE:** A assinatura digital garante que o documento eletrônico não será adulterado, enquanto trafega pela rede, e que chegará ao destino em sua forma original.

ETHEVALDO SIQUEIRA

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO • ECONOMIA DIGITAL

esiqueira@telequest.com.br



Dez mil linhas telefônicas numa só placa

Se, em 1996, alguém previsse que em menos de uma década uma empresa brasileira seria capaz de projetar e construir uma central telefônica digital, com 10 mil linhas, em uma placa de apenas 30x30cm, seria considerado maluco ou no mínimo sonhador. Essa previsão, no entanto, acaba de ser concretizada nos laboratórios da Fundação para Inovações Tecnológicas (FITec), em Campinas. E, melhor do que tudo, a central pertence à categoria das redes de nova geração (NGN na sigla em inglês), que utilizam o protocolo da internet (IP).

Muitos outros produtos de alta tecnologia têm sido desenvolvidos pela FITec nos últimos anos. Entre dezenas de projetos avançados, essa fundação já desenvolveu um sistema de controle de veículos aéreos não tripulados (conhecidos pela sigla UAV, de Unmanned Aerial Vehicles), sistemas de comunicação sobre linhas de energia (Power Line Communications ou PLC), terminais de automação bancária, centrais PABX, sistemas de supervisão e gerenciamento de telefones públicos, além de diversos projetos de digitalização de centrais eletromecânicas.

Exemplos como esses mostram que, mesmo diante de to-

das as dificuldades, a pesquisa tecnológica brasileira tem avançado. E, na verdade, o Brasil conta hoje com diversos centros de excelência voltados para a pesquisa e o desenvolvimento (P&D), não apenas de tecnologias digitais, mas de diversas outras áreas. São laboratórios avançados de eletrônica, telecomunicações, software, biotecnologia, aeronáutica, petróleo ou tecnologia agrícola, nas Universidades de São Paulo (USP), Federal do Rio (UFRJ), Federal de Pernambuco (UFPE), Federal da Paraíba (UFPB), PUC Rio, além de centros de pesquisa de instituições privadas, como CPqD, o Instituto Genius, a FITec, ou mesmo de empresas estatais, como a Embrapa ou a Petrobrás.

FITEC, UM MODELO

Um caso particularmente interessante é o da FITec, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Campinas, que faz trabalhos típicos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), consultoria e treinamento tecnológico, com apoio e estímulos previstos na Lei 10.176, janeiro de 2001 (Lei de Informática).

"Diferentemente de outras entidades de pesquisa, a FI-



AVANÇO - Central telefônica da FITec usa o protocolo da internet

Tec faz o desenvolvimento completo dos produtos, permitindo que eles sejam transferidos diretamente para as linhas de produção das indústrias que vão fabricá-los", ressalta Aderbal Borges, diretor de Desenvolvimento de Negócios da empresa.

Muito mais do que os laboratórios e as máquinas mais modernas, o grande patrimônio de uma instituição de pesquisa são as pessoas que ali trabalham, seus currículos e sua experiência. Para se ter uma idéia da massa crítica de inteligência que trabalha na

FITec, vale lembrar que, dos 301 profissionais que atuam, 93% têm nível superior, 5 são doutores (PhD), 45 concluíram cursos de mestrado e 58 outros, cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior. À frente da empresa está uma diretoria executiva formada por profissionais com experiência média de mais de 25 anos em P&D.

Os laboratórios da FITec estão distribuídos em três unidades: Campinas, Belo Horizonte e Recife. Seu laboratório de ensaio foi avaliado pela Agência Nacional de Tele-

comunicações (Anatel) e acreditado pelo Inmetro, na área de cabos e equipamentos de telecomunicações.

LARGO ESPECTRO

A FITec trabalha em vários campos, desenvolvendo produtos de alta complexidade nas áreas de tecnologia da informação, energia elétrica, automação comercial e industrial e equipamentos médico-hospitalares, com competência comprovada em design, mecânica, hardware, software, engenharia de sistemas e testes.

Com o nome atual, a FITec nasceu há quatro anos, como resultado da fusão de duas outras fundações, ligadas a duas indústrias de telecomunicações incorporadas pela Lucent Technologies. A primeira dessas indústrias era a Zetax, apoiada pela Fundação Aldemar Parola, e a segunda, a Batik, pela Fundação General Alencastro. Ao adquirir essas indústrias em junho de 1999, a Lucent decidiu continuar aplicando parte de seu investimento em pesquisa e desenvolvimento em ambas as fundações, que passaram a atuar de forma conjunta em seus projetos de P&D. Em 2001, nasceu a FITec, a partir da fusão das duas fundações.

A receita principal e maior da FITec provém de trabalhos de P&D, para clientes como Celéstica, Daruma, Instituto Evaldo Lodi, Intermed, Jabil, Lucent, Nansen, Novus, PaschoalPar, Celg, QualityComm, Sanmina, Semp-Toshiba e Teracom, além de trabalhos de sistema de gestão da Lei de Informática para o Ministério de Ciência e Tecnologia.

COMPETÊNCIA

A partir de 2004, a FITec passou a desenvolver maior número de produtos com tecnologia própria, visando a maior estabilidade econômica, pela remuneração de royalties de cessão do direito de uso de suas patentes.

Após 15 meses de preparação, a FITec obteve do Instituto SEI (Software Engineering Institute) o reconhecimento oficial de sua competência, com a concessão do título de Software Capability Maturity Model (SW-CMM), o CMM nível 2, de que participam as melhores instituições de pesquisa e desenvolvimento do mundo. "É um esforço que vem desde 2003", conta Fernando Arruda, presidente da FITec. "A certificação obtida é um importante passo para a definitiva consolidação da FITec." ●

DDD e DDI com supereconomia, chame o Super 15.

www.comprovevocemesmo.com.br